

ISSN 2764-5835

Recebido: 31.10.2022

Aprovado: 11.12.2022

Avaliado: pelo Sistema Double Blind Review

## Observatório de Turismo da UEA e destinação do fundo FTI no Amazonas

### Tourism Observatory of UEA and the destination of the fund FTI in Amazonas

<sup>1</sup>Márcia Raquel Cavalcante Guimarães

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-1576-9085>

E-mail: [mguimaraes@uea.edu.br](mailto:mguimaraes@uea.edu.br)

<sup>2</sup>Maria Helena de Souza Fonsêca

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-2182-8088>

E-mail: [mfonseca@uea.edu.br](mailto:mfonseca@uea.edu.br)

<sup>3</sup>Lúcia Cláudia Barbosa Santos

E-mail: [lcsantos@uea.edu.br](mailto:lcsantos@uea.edu.br)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7485-3052>

---

<sup>1</sup> Docente da UEA, Turismóloga, MBA em Marketing, Mestre e Doutora em Turismo e Hotelaria, Pesquisadora do Observatório de Turismo da UEA

Instituição de vínculo: Observatório de Turismo da Universidade do Estado do Amazonas Manaus, Amazonas – Brasil.

<sup>2</sup> Docente da UEA, graduada em Comunicação Social e Ciências Contábeis, especialista em Ecoturismo e Metodologia do Ensino Superior, Pesquisadora do Observatório de Turismo da UEA

Instituição de vínculo: Observatório de Turismo da Universidade do Estado do Amazonas Manaus, Amazonas – Brasil.

<sup>3</sup> Docente da UEA, graduada em Letras e especialista em Metodologia do Ensino da Língua Inglesa, Pesquisadora do Observatório de Turismo da UEA

Instituição de vínculo: Observatório de Turismo da Universidade do Estado do Amazonas Manaus, Amazonas – Brasil.

ISSN 2764-5835

Recebido: 31.10.2022

Aprovado: 11.12.2022

Avaliado: pelo Sistema Double Blind Review

<sup>4</sup>Ana Maria Oliveira de Souza

E-mail: ana.souza@suframa.gov.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0312-7731>

<sup>5</sup>Hugo Luiz da Silva Lima

E-mail: hugo.lima@suframa.gov.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0474-0674>

<sup>6</sup>Rosângela López Alanís

E-mail: alanis@suframa.gov.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0005-6795>

<sup>7</sup>Ana Marta Cardoso Soares

E-mail: amcs.tur19@uea.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6412-5310>

<sup>8</sup>Evanilson dos Santos Ferreira

E-mail: edsfr.tur19@uea.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5061-9528>

---

<sup>4</sup> Coordenadora-geral de Estudos Econômicos e Empresariais da SUFRAMA (COGEC), graduada em Economia e Direito, especialista em Comércio Exterior, mestra em Desenvolvimento Regional Instituição de vínculo: Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA  
Manaus, Amazonas – Brasil.

<sup>5</sup> Técnico da COGEC/Suframa, graduado em Administração, mestre em Engenharia de Produção Instituição de vínculo: Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA  
Manaus, Amazonas – Brasil.

<sup>6</sup> Técnica da COGEC/SUFRAMA, graduada em Comunicação Social, especialista em Comércio Exterior, mestranda em Engenharia de Produção Instituição de vínculo: Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA Manaus, Amazonas – Brasil.

<sup>7</sup> Discente da Universidade do Estado do Amazonas, Pesquisadora e Bolsista de extensão universitária do Observatório de Turismo da UEA Instituição de vínculo: Observatório de Turismo da Universidade do Estado do Amazonas Manaus, Amazonas – Brasil.

<sup>8</sup> Discente da Universidade do Estado do Amazonas, Pesquisador e Bolsista de extensão universitária do Observatório de Turismo da UEA Instituição de vínculo: Observatório de Turismo da Universidade do Estado do Amazonas Manaus, Amazonas – Brasil

ISSN 2764-5835

Recebido: 31.10.2022

Aprovado: 11.12.2022

Avaliado: pelo Sistema Double Blind Review

<sup>9</sup>Jakeline Cibelle Santos de Seixas

E-mail: jcass.tur18@uea.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6149-3932><sup>10</sup>Maria Vitória Rodrigues de Alvarenga

E-mail: mvra.tur18@uea.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6706-7638><sup>11</sup> Rosana de Araújo Oliveira

E-mail: roda.tur20@uea.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4962-0337><sup>12</sup> Silvio Jorge Venâncio de Barros

E-mail: silviobarroscontabil@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9632-7264>

## RESUMO

O Fundo de Fomento ao Turismo, Infraestrutura, Serviços e Interiorização do Desenvolvimento do Estado do Amazonas (FTI) objetiva contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do Estado em concordância com o Plano Estadual de Desenvolvimento. E para compreender as prioridades de destinação do recurso pela Empresa Estadual de Turismo do Amazonas (Amazonastur) entre os anos de 2011 a 2021, o Observatório de Turismo da Universidade do Estado do Amazonas realizou um estudo com base em pesquisa exploratória, utilizando metodologia própria para análise quali-quantitativa de notas de empenho apresentadas no portal da Transparência. Os resultados sinalizam destaque para destinação de recursos relacionados à promoção da marca Amazonas e a necessidade de maior expressividade da governança e planejamento estratégico para a construção de produto turístico bem estruturado e segmentos consolidados.

**Palavras-chave:** Planejamento. Turismo. Responsabilização. Governança. FTI.

---

<sup>9</sup> Discente da Universidade do Estado do Amazonas, Pesquisadora e Bolsista de extensão universitária do Observatório de Turismo da UEA Instituição de vínculo: Observatório de Turismo da Universidade do Estado do Amazonas Manaus, Amazonas – Brasil.

<sup>10</sup> Discente da Universidade do Estado do Amazonas, Pesquisadora e Bolsista de extensão universitária do Observatório de Turismo da UEA Instituição de vínculo: Observatório de Turismo da Universidade do Estado do Amazonas Manaus, Amazonas – Brasil.

<sup>11</sup> Rosana de Araújo Oliveira

Discente da Universidade do Estado do Amazonas, Pesquisadora e Bolsista de extensão universitária do Observatório de Turismo da UEA Instituição de vínculo: Observatório de Turismo da Universidade do Estado do Amazonas Manaus, Amazonas – Brasil.

<sup>12</sup> Discente da Universidade do Estado do Amazonas, Pesquisador e Bolsista de extensão universitária do Observatório de Turismo da UEA Instituição de vínculo: Observatório de Turismo da Universidade do Estado do Amazonas Manaus, Amazonas – Brasil.

ISSN 2764-5835

Recebido: 31.10.2022

Aprovado: 11.12.2022

Avaliado: pelo Sistema Double Blind Review

## ABSTRACT

The Fund for Promotion of Tourism, Infrastructure, Services and Interiorization of the Development of the State of Amazonas (FTI) aims to contribute to the socioeconomic development of the State in accordance with the State Development Plan. And to understand the priorities of destination of the resource by the State Tourism Company of Amazonas (Amazonastur) between the years 2011 to 2021, the Tourism Observatory of the University of the State of Amazonas carried out a study based on exploratory research, using its own methodology to qualitative-quantitative analysis of commitment notes presented on the Transparency Portal. The results emphasize the allocation of resources related to the promotion of the Amazonas brand and the need for greater expressiveness of governance and strategic planning for the construction of a well-structured tourist product and consolidated segments.

**Keywords:** Planning. Tourism. Accountability. Governance. FTI.

## 1. INTRODUÇÃO

O turismo é uma atividade que, para ser planejada e ofertada, necessita de ações conjuntas. O destino e a comunidade receptora precisam atuar com a hospitalidade e o bem receber, o trade turístico com a oferta de serviços e o poder público com o planejamento, fomento e fiscalização da atividade.

No Amazonas, a empresa responsável pela atuação em nome do Estado é a Empresa Estadual de Turismo do Amazonas (Amazonastur). Fundada em 09 de maio de 2003, a Amazonastur empenha-se para “promover o desenvolvimento turístico e fazer do Amazonas um destino diferenciado, competitivo e sustentável, priorizando roteiros que valorizem as belezas naturais da região.” (AMAZONASTUR)<sup>13</sup> Para o pleno desenvolvimento da atividade, a Amazonastur fundamenta o seu planejamento e realiza a gestão de acordo com as políticas públicas vigentes e utiliza verbas provenientes do Tesouro Estadual para “tornar realidade projetos que necessitam de recursos humanos e financeiros”. (AMAZONASTUR)<sup>14</sup>

Um dos recursos que o Estado provê para a Amazonastur é decorrente do Fundo de Fomento ao Turismo, Infraestrutura, Serviços e Interiorização do Desenvolvimento do Estado do Amazonas (FTI). Esse fundo regido pela Lei Estadual art. 13 n° 2.390, de 08 de Maio de 1996, possui uma fração destinada à Amazonastur, que contribui para o desenvolvimento da atividade turística no estado, sendo direcionada para viabilização de projetos criados e mantidos pela empresa. Diante da relevância do planejamento, gestão e direcionamento desse recurso financeiro para o desenvolvimento da atividade turística no Amazonas, o estudo realizado pelo Observatório de Turismo da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) teve como objetivo quantificar a arrecadação e despesas da Amazonastur com o recurso e analisar os dados orçamentários do FTI para a compreensão da aplicação no segmento.

Essa pesquisa possibilitou analisar as notas empenhadas pela Amazonastur por 11 anos consecutivos. Entre 2011 e 2021, foram detectadas 6.509 notas empenhadas, analisadas

<sup>13</sup> <http://www.amazonastur.am.gov.br/> (acesso em 04 de abril de 2022)

<sup>14</sup> <http://www.amazonastur.am.gov.br/> (acesso em 04 de abril de 2022)

ISSN 2764-5835

Recebido: 31.10.2022

Aprovado: 11.12.2022

**Avaliado: pelo Sistema Double Blind Review**

em sua totalidade, e das quais 2.591 tinham como fonte de recurso o FTI. No que concerne às destinações do recurso, para facilitação e compreensão do estudo, foram eleitas 12 categorias e 15 subcategorias, dentre elas a promoção da marca Amazonas, a infraestrutura turística e despesas da sede.

Os resultados deste estudo mostram-se pertinentes por favorecerem o entendimento da distribuição de um recurso de extrema relevância para o turismo amazonense, que com clareza e objetividade poderão nortear o poder público para alcance de uma gestão de recursos mais eficiente e por conseguinte, proporcionar maior transparência dos investimentos públicos junto ao trade turístico, academia e sociedade em geral.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 OBSERVATÓRIOS DE TURISMO COMO UMA FERRAMENTA DE GOVERNANÇA TURÍSTICA

O acesso à informação é um elemento crucial para a elaboração, manutenção e diferenciação de produtos e serviços turísticos. Lima (2021) afirma que a tomada de decisão ocorre com base em informações, desta forma, o acesso às informações confiáveis sobre a oferta e a demanda turística contribui para o planejamento, o desenvolvimento e o ordenamento da atividade turística bem como propiciam um auxílio na tomada de decisões dos gestores públicos e das políticas públicas voltadas para o setor do turismo. No que diz respeito ao turismo, existe uma lacuna de informações confiáveis com ampla comunicação para os seus públicos de interesse. É nesse ambiente de carência de informações que surgem os Observatórios de Turismo, que levantam dados e os transformam em informações, criando uma harmonia entre metodologias, cujo objetivo preponderante é disponibilizar aos gestores públicos esses dados e informações confiáveis de forma acessível, de modo a norteá-los no processo de tomada de decisão bem como proporcionar aos investidores e empresários da atividade, indicadores de fluxo e competitividade turística.

Um Observatório de Turismo pode ter diversas responsabilidades, entre elas: acompanhar, observar, coletar, tratar, analisar, gerar e monitorar dados e informações sistemáticas e padronizadas sobre o Turismo em níveis diversificados: regional, estadual e municipal (GIL, FERNANDÉZ E HERRERO, 2015). No âmbito administrativo, os observatórios podem ter estruturas diferenciadas como departamentos, serviços, missões, projetos, unidades especializadas, instituições autônomas ou outros tipos de formatação (ROUX; FEYT, 2011). Bregolin (2018) afirma que os observatórios de turismo proporcionam oportunidades para a construção de visões coletivas dos destinos turísticos, alinhando objetivos individuais e coletivos em uma perspectiva de ação conjunta mais sinérgica e inteligente, transformando os dados em informações, depois em conhecimento e, por fim, em sistema de inteligência turística.

Diante dessa breve contextualização sobre os observatórios de turismo, entende-se que eles também possuem uma vertente de atuação na governança turística, em função do seu papel precípua que é o fornecimento de informações fidedignas para o correto planejamento e ordenamento do setor turístico. Desta forma, para Conceição (2018) a

ISSN 2764-5835

Recebido: 31.10.2022

Aprovado: 11.12.2022

Avaliado: pelo Sistema Double Blind Review

Governança por sua vez, é classificada pela Comissão sobre Governança Global (1996, p.2), como "a totalidade das diferentes maneiras através das quais os indivíduos e as instituições públicas e privadas administram seus problemas comuns". No turismo, a governança constitui um modelo de gestão pautado nas relações sociais, cujos atores participam durante as tomadas de decisões sempre de forma conjunta, com o objetivo de proporcionar o crescimento das atividades turísticas em suas regiões (CONCEIÇÃO, 2018).

Em síntese, os observatórios de turismo atuam neste cenário com a disponibilização de dados sistematizados e atualizados, tornando-se necessário para todos os envolvidos: empresários, autoridades políticas, secretarias de turismo, agentes de viagens, guias de turismo, viajantes, estudantes, equipes de marketing, entre outros. Com vistas ao pleno desenvolvimento, à prosperidade e ao bem-estar da população anfitriã e dos visitantes por meio da governança turística eficiente e eficaz de um destino turístico.

## 2.2 ACCOUNTABILITY E SUA IMPORTÂNCIA NA TRANSPARÊNCIA DO SETOR PÚBLICO

O Tribunal de Contas da União - TCU (Brasil, 2014) define *Accountability* como uma obrigação na qual, uma vez que recursos são confiados, as pessoas, entidades, organizações públicas e privadas responsáveis pela ordem fiscal, gerencial e programática devem informar a quem lhes delegou essas responsabilidades. Portanto, a *Accountability* tem como função estabelecer transparência com relação aos gastos de determinada entidade. Para Hendriksen e Van Breda (1992), a *Accountability* é o início e fim da Contabilidade. O cerne da Contabilidade é servir de ferramenta de *Accountability*, o que demanda a prestação de contas dos gestores e das entidades (IUDICIBUS, MARTINS e CARVALHO, 2005).

O autor Bezerra Filho (2014) explica a Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP). Como rede de informações específicas, vem admitindo novas metodologias e reconquistando o seu lugar, adotando o modelo de uma boa governança e demonstrando a importância de se ter um sistema capaz de fornecer o apoio necessário para a integralização das informações macroeconômicas acerca do setor público. Percebe-se então que a CASP é uma ferramenta de grande valia para o monitoramento e acompanhamento da aplicação de recursos públicos e a obrigação dos gestores públicos em prestar contas para com a população.

Os mecanismos de governança no setor público, em certa medida, parecem concentrar-se para a formulação de configurações de controle interno e externo, do gerenciamento de riscos e *Accountability*. Desse modo, Pereira (2011) afirma que a ação das chamadas entidades que fiscalizam e exercem controle externo, como os tribunais de contas, ganha cada vez mais força e importância e, junto com a complexidade das políticas públicas, também cresce o interesse da sociedade globalizada pelos resultados efetivos.

Nesse sentido, o turismo é uma ciência em desenvolvimento com bases epistemológicas de conhecimento inter e transdisciplinar, desta forma, o papel do Observatório de Turismo da UEA contribui por meio de suas pesquisas na disseminação das informações e consolidação dos mecanismos de governança turística para efetiva gestão e transparência dos recursos públicos.

ISSN 2764-5835

Recebido: 31.10.2022

Aprovado: 11.12.2022

Avaliado: pelo Sistema Double Blind Review

### 2.3 PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS APLICADAS AO TURISMO

Na visão de Hall (2008), o planejamento é principalmente uma atividade pública, e tem como objetivo designar a visão de futuro para o destino turístico, bem como as ações para o seu alcance, a qual é feita de modo participativo, envolvendo os segmentos sociais interessados. O planejamento turístico atua de forma processual e cíclica, retroalimentando-se, a partir de uma situação apresentada, formulando ações de caráter econômico, social ou ambiental que orientarão o desenvolvimento turístico de um empreendimento, local, região, município, estado ou país (GUIMARÃES, BENEVIDES, DOS ANJOS, 2021). Dessa forma, devido à característica da atividade turística de envolver bens comuns, necessita-se de uma atuação do sistema político ao longo do seu planejamento, assim como a regulamentação e a promoção da atividade, cujos princípios foram inspirados pelos aplicados na governança, buscando então o alinhamento de suas atividades (GONZÁLES, 2014).

A política pública, por sua vez, pode ser descrita como uma “Linha de ação coletiva que concretiza direitos sociais declarados e garantidos em lei” (PEREIRA, citada por Degennszajh, 2000, p.59). É através das políticas públicas que são ofertados bens e serviços sociais, em resposta às demandas da população. Logo, o direito que as fundamenta é coletivo, e não individual. As políticas públicas quando voltadas ao turismo, de acordo com Gomes (2018), são hábitos enraizados no Estado e correlacionados às possibilidades da sua população em receber ou emitir turistas, sendo estes hábitos voltados ao Turismo e com temas sobre planejamento, oferta de serviços público, legislação e fomento da atividade. Complementando, Cruz (2000) afirma que a definição de política pública no turismo está associada às intenções, diretrizes e estratégias estabelecidas e ações deliberadas no âmbito do poder público, tendo por objetivo principal alcançar o desenvolvimento da atividade turística em um determinado território.

Como uma das potencialidades em se elaborar o planejamento do turismo na região, cita-se a criação de um Plano Municipal e um Plano Estadual de Turismo, aprovados nas instâncias de governança. Com as políticas do turismo municipal e estadual estabelecidas, cabe ao gestor público a “realização de pesquisas de mercado, no desenvolvimento e financiamento do plano de marketing turístico, e na organização de observatórios de Turismo que sirvam como estruturas de inteligência de mercado” (VIGNATI, 2008, p.15). Desta forma, o monitoramento dos impactos da cadeia produtiva do turismo nos destinos é um desafio a ser superado pelos responsáveis no planejamento e a gestão da atividade, promovendo os observatórios como mediadores desse processo (BATISTA, GUIMARÃES, MAIA, FONSÊCA, 2022). Aqui reside a relação e relevância da existência dos Observatórios de Turismo em um destino turístico para auxiliar no planejamento, gestão e ordenamento turístico de uma localidade com estudos e pesquisas que gerem indicadores para o monitoramento da atividade e sua cadeia produtiva consolidando o papel das políticas públicas a serviço da sociedade e trade turístico.

ISSN 2764-5835

Recebido: 31.10.2022

Aprovado: 11.12.2022

Avaliado: pelo Sistema Double Blind Review

### 3. METODOLOGIA

Para concepção deste estudo, as atividades foram divididas em quatro fases de trabalho, cada uma com objetivos específicos.

Na fase 1, realizou-se a coleta de dados documentais em base secundária para facilitar a familiarização da equipe de pesquisa com o histórico do recurso, e para obter informações gerais sobre o mesmo, tais como: a legislação estadual que cita o Fundo de Fomento ao Turismo, Infraestrutura, Serviços e Interiorização do Desenvolvimento do Estado do Amazonas (FTI), desde sua criação em 1996 ao ano de 2021, contendo emendas, principais alterações e vigência. E ainda, documentos apresentando o índice de participação do Turismo no PIB de 2020, Relatórios de Execução de Despesas, Despesas da Subfunção 695 (subfunção Turismo), Relatórios de Execução da receita e informações de repasse do FTI para o combate à Covid-19 no estado do Amazonas.

Como fontes dessa coleta foram consultados o Portal da Transparência do Governo do Amazonas, a Empresa Estadual de Turismo do Amazonas (Amazonastur), a Assembleia Legislativa do Amazonas, Secretaria do Estado da Fazenda (SEFAZ) e Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SEDECTI).

A fase 2 foi a etapa de identificação das despesas previstas pela Empresa Estadual de Turismo do Amazonas (Amazonastur), no período de 2011 a 2021. Para isso foi realizada coleta, análise e tabulação de dados obtidos pelo acesso às notas de empenho do referido período no Portal da Transparência do Governo do Estado do Amazonas.

No Portal da Transparência, aplicou-se o fluxo de busca descrito a seguir: Despesas > - No item “Filtrar por” foram colocadas as seguintes opções: Ano de exercício (escolher ano a ano, de 2011 a 2021); Período (Consolidado); Opção (Poder); e Tipo de consulta (Órgão e Empenho). Ao clicar em pesquisar, a aba seguinte apresenta a opção Poder. Para acesso às notas de empenho da Amazonastur, clicou-se em Poder Executivo, e na página seguinte, Amazonastur. Na página final é exibida a “Lista de Notas de Empenho” que podem ser acessadas individualmente ao clicar no número da nota. As notas de empenho de interesse para o estudo são as que apresentam no item Fonte de recurso os números 01600000<sup>15</sup> - Recursos do FTI, e 03600000<sup>16</sup> - Recursos do FTI.

As informações das notas referentes ao FTI que foram tabuladas em planilha são: número da nota de empenho, data, valor, função, subfunção, natureza de despesa, fonte de recurso e objeto (descrição da nota).

Para a fase 3, a equipe de pesquisa, orientada pelos elementos registrados em cada nota de empenho na fase 2, elegeu 12 categorias e 15 subcategorias para representar de forma clara e condensada, as destinações das 2.591 notas de empenho do recurso FTI.

---

<sup>15</sup> 01600000 - Recursos do FTI: referente a recursos arrecadados no exercício do ano corrente.

<sup>16</sup> 03600000 - Recursos do FTI: referente a recursos arrecadados no exercício do ano anterior.

ISSN 2764-5835

Recebido: 31.10.2022

Aprovado: 11.12.2022

Avaliado: pelo Sistema Double Blind Review

As categorias e subcategorias definidas para análise da destinação do recurso foram: 1. Promoção da marca Amazonas; 2. Infraestrutura turística; 3. Despesas da sede; 4. Eventos - Subcategoria: 4.1 Apoio financeiro; 5. Diárias - Subcategorias: 5.1 Programa de Trabalho - Gestão da Política de Turismo e da Promoção da Marca Amazonas - AMAZONASTUR, 5.2 Eventos, 5.3 Feiras, 5.4 Festival de Parintins, 5.5 Hospedagem de operadores, jornalistas e convidados, 5.6 Formatação do Produto Amazonas, 5.7 Pesquisa socioeconômica, 5.8 Capacitação, 5.9 Visitas técnicas, 5.10 Simpósios, 5.11 Workshops, 5.12 Seminários, 5.13 Encontros, 5.14 Fórum; 6. Logística; 7. Tributos; 8. Serviços; 9. Capacitação; 10. Devolução de convênios; 11. Diversos; 12. Doação;

Com essas variáveis, a interpretação dos dados foi facilitada. Outro benefício da categorização e subcategorização foi a percepção de inter-relação entre as categorias Eventos, Diárias e Promoção da Marca Amazonas.

Por fim, a fase 4 compreende a compilação resumida do conteúdo das três fases anteriores para elaboração dos resultados e considerações.

#### 4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados do presente estudo serão exibidos em forma de tabelas, apresentando a arrecadação do FTI no período analisado e a destinação do recurso no âmbito da Amazonastur, considerando ainda a classificação explicitada na metodologia. Após, serão feitos comentários destacando os principais aspectos percebidos no decorrer do trabalho.

O FTI vivenciou o aumento anual de sua arrecadação no período, saltando de 600 milhões de reais em 2010 para mais de 1,573 bilhão de reais em 2021, conforme tabela abaixo:

**Tabela 1: Arrecadação do FTI no Estado do Amazonas no período 2011-2021.**

Ano	Receita total realizada
2011	R\$ 600.534.644,49
2012	R\$ 703.206.803,92
2013	R\$ 775.480.882,62
2014	R\$ 850.580.569,47
2015	R\$ 823.271.699,27
2016	R\$ 591.480.377,53
2017	R\$ 737.756.980,51
2018	R\$ 847.548.834,14
2019	R\$ 968.367.376,10
2020	R\$ 1.165.212.772,94
2021	R\$ 1.573.926.322,61

Fonte: Elaborada pelos autores, com dados de AMAZONAS (2011 - 2021).

ISSN 2764-5835

Recebido: 31.10.2022

Aprovado: 11.12.2022

Avaliado: pelo Sistema Double Blind Review

Segundo verificado na metodologia, para quantificar as despesas do estado do Amazonas com recursos do FTI aplicados ao Turismo, optou-se por analisar as notas de empenho da Empresa Estadual de Turismo do Amazonas no período. Conforme dados do Portal da Transparência do Amazonas (2011 - 2021), estes são os valores das despesas empenhadas (planejadas), liquidadas e pagas, com recursos do FTI, no período:

**Tabela 2: Despesas empenhadas, liquidadas e pagas pela Amazonastur com recursos do FTI no Amazonas no período 2011 - 2021**

Ano	Empenhado	Liquidado	Pago	Pago Ex. Anterior	A pagar de exercício anteriores
2011	211.050,00	200.050,00	200.050,00	0,00	(não informado)
2012	2.705.898,69	2.624.780,85	2.624.780,85	11.000,00	(não informado)
2013	4.808.711,44	4.341.955,55	4.341.955,55	68.834,57	68.834,57
2014	14.671.421,24	14.061.035,88	14.061.035,88	436.687,60	436.687,60
2015	6.051.121,30	6.049.125,15	6.030.722,48	587.322,89	587.322,89
2016	3.639.783,47	3.639.783,47	3.635.564,93	20.334,22	20.334,22
2017	6.302.472,29	6.213.555,03	6.083.858,50	4.218,54	4.218,54
2018	44.750.664,90	43.693.896,08	43.689.372,08	183.478,86	183.478,86
2019	8.792.967,50	8.791.586,50	8.791.586,50	1.010.592,82	1.010.592,82
2020	5.768.571,48	4.904.857,04	4.899.970,64	1.363,00	1.363,00
2021	12.798.258,19	10.719.782,50	10.705.848,70	328.569,63	328.569,63

Fonte: Elaborada pelos autores, com dados de AMAZONAS (2011 - 2021).

Por fim, de posse de ambos os dados, foi possível efetuar a comparação entre a arrecadação do fundo no estado do Amazonas e as despesas liquidadas pela Amazonastur no período, a fim de perceber a correlação entre as variáveis.

**Tabela 3: Comparação percentual entre a receita realizada do FTI e a despesa liquidada com recursos do FTI pela Amazonastur no período 2011-2021**

Ano	Receita total realizada (no Amazonas)	Despesa liquidada na Amazonastur	Percentual da despesa liquidada na Amazonastur
2011	600.534.644,49	200.050,00	0,03%
2012	703.206.803,92	2.624.780,85	0,37%
2013	775.480.882,62	4.341.955,55	0,56%

ISSN 2764-5835

Recebido: 31.10.2022

Aprovado: 11.12.2022

Avaliado: pelo Sistema Double Blind Review

2014	850.580.569,47	14.061.035,88	1,65%
2015	823.271.699,27	6.049.125,15	0,73%
2016	591.480.377,53	3.639.783,47	0,62%
2017	737.756.980,51	6.213.555,03	0,84%
2018	847.548.834,14	43.693.896,08	<b>5,16%</b>
2019	968.367.376,10	8.791.586,50	0,91%
2020	1.165.212.772,94	4.904.857,04	0,42%
2021	1.573.926.322,61	10.719.782,50	0,68%

Fonte: Elaborada pelos autores, com dados de AMAZONAS (2011 - 2021).

Em apenas dois anos, o valor destinado à Amazonastur supera a marca de 1% (um por cento). Em 2018, em completa discrepância com os demais anos, houve a destinação recorde de mais de 43,693 milhões de reais à Amazonastur, fato que não se repetiu nos anos seguintes. Em 2021, ano de maior arrecadação do período histórico, o valor direcionado à empresa pública em estudo foi quatro vezes menor do que em 2018.

Como se viu na metodologia, o estudo se dedicou a analisar todas as notas de empenho da Amazonastur no período, segregar as que continham recursos do FTI e classificá-las, a fim de saber em quais atividades foram empregadas tais verbas públicas. Desta análise, origina-se o gráfico a seguir:

**Tabela 4: Classificação das notas de empenho emitidas pela Amazonastur com recursos do FTI entre 2011 e 2021.**

Eventos	R\$ 42.469.078,58
Serviços	R\$ 27.837.367,42
Promoção da marca Amazonas	R\$ 26.236.830,17
Logística	R\$ 7.613.336,66
Despesas da sede	R\$ 5.971.475,02
Infraestrutura turística	R\$ 3.129.039,63
Diárias	R\$ 2.930.456,02
Capacitação	R\$ 885.683,50
Convênios	R\$ 519.772,27
Tributos	R\$ 155.562,32
Doação	R\$ 40.050,00
Diversos	R\$ 29.814,04

ISSN 2764-5835

Recebido: 31.10.2022

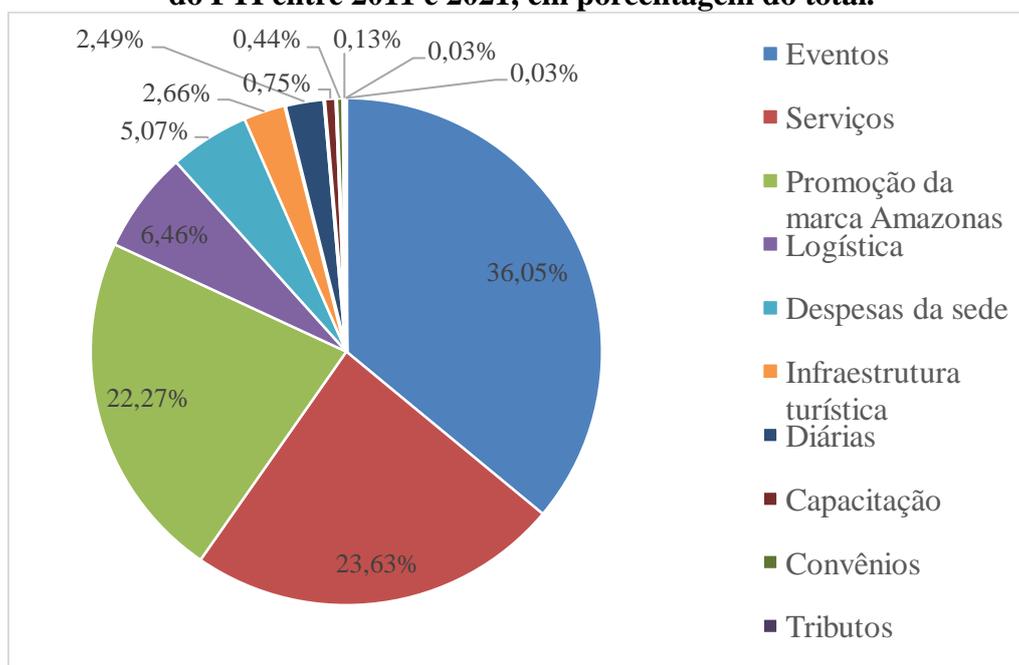
Aprovado: 11.12.2022

Avaliado: pelo Sistema Double Blind Review

Fonte: Elaborada pelos autores, com dados de AMAZONAS (2011 - 2021).

Os dados da planilha acima estão demonstrados na divisão percentual abaixo:

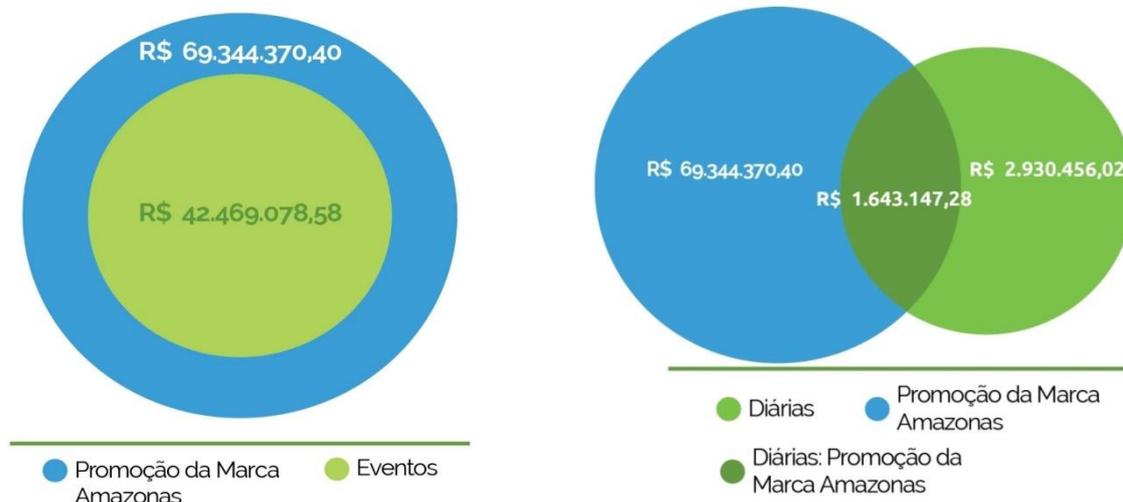
**Gráfico 1: Classificação das notas de empenho emitidas pela Amazonastur com recursos do FTI entre 2011 e 2021, em porcentagem do total.**



Fonte: Elaborada pelos autores, com dados de AMAZONAS (2011 - 2021).

Deduz-se do gráfico que a maior parte dos recursos oriundos do FTI na Amazonastur foram empregados na realização de eventos, seguidos de serviços e da promoção da marca Amazonas. Vale destacar ainda que há correlação entre a promoção da marca e a realização de eventos e ainda, parte das despesas com diárias. Tal relação fica demonstrada a seguir:

**Gráfico 2: Relação entre as despesas para a realização de eventos e a promoção da Marca Amazonas e as despesas com diárias e para a promoção da Marca Amazonas.**



Fonte: Elaborado pelos autores (2022). Não foram mantidas as proporções devidas a fim de facilitar a legibilidade do documento.

Verifica-se que a totalidade das despesas com eventos pode ser classificada como dispêndios para a promoção da marca Amazonas, pois entende-se que eventos são capazes de promover o destino turístico. Além disso, as diárias na Amazonastur têm diversas finalidades, como participar de eventos nos municípios do estado e fora do Amazonas e do Brasil. Parte destes eventos, na análise da equipe, foram entendidos como eventos capazes de promover a marca do Estado em outros locais, de forma que aproximadamente 1,643 milhão de reais do FTI, que foram empregados em diárias, podem ser classificados como destinados à Promoção da Marca Amazonas.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidencia-se que no decorrer dos anos de aplicação, o Fundo de Fomento ao Turismo, Infraestrutura, Serviços e Interiorização do Desenvolvimento do Estado do Amazonas (FTI) movimentou, arrecadou e foi usado na sua finalidade de investimento em setores como o de Eventos, Turismo, para a promoção da marca Amazonas em âmbito nacional e internacional. Apesar das distinções supracitadas, ainda não há um planejamento específico de destinação do recurso para o setor do Turismo, um planejamento fixo e contínuo de fomento para esse setor, que alinhado junto ao trade possibilite melhores planejamentos e projeções de crescimento para o setor. Conforme observado ao longo do estudo, a porcentagem de recursos liquidados à Amazonastur por exemplo, na maioria dos anos registra-se menos de 1%, com o ano de 2018 apresentando percentual mais expressivo. Com isso, percebe-se a necessidade de reforços por parte do Governo do Estado para que maiores investimentos possam ser organizados, e destinados para o Turismo do Amazonas;

ISSN 2764-5835

Recebido: 31.10.2022

Aprovado: 11.12.2022

Avaliado: pelo Sistema Double Blind Review

sem esse planejamento o destino pode não usufruir do potencial que apresenta nos mais diversos segmentos já ofertados e outros que ainda estão em ascensão.

## REFERÊNCIAS

BATISTA, S.P. GUIMARÃES, M.R.C. **Manual de metodologia: trilhas da pesquisa no turismo**. Vol 1. Observatório de Turismo da UEA, 2020.

BATISTA, S.P.M, GUIMARÃES, M.R.C, M, MAIA, K.R.C., FONSÊCA, M.d.S.H. **A experiência de implantação do observatório de turismo da Universidade do Estado do Amazonas**. Tur., Visão e Ação, v24, n3, p491-511, set./dez. 2022 <http://dx.doi.org/10.14210/rtva.v24n3.p491-511>.

BEZERRA FILHO, J. E. **Contabilidade aplicada ao setor público: abordagem simples e objetiva**. São Paulo: Atlas, 2014.

COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL. **Nossa comunidade global: Relatório da comissão sobre governança global**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

CONCEIÇÃO, C. C. **Desenvolvimento de um Modelo Analítico de Governança Regional de Turismo**. 402 f. Tese (Doutorado em Turismo e Hotelaria) Universidade do Vale do Itajaí - Balneário Camboriú, 2018.

CRUZ, Rita A. (2000): **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto.

DEGENNSZAJH, R. R. **Organização e gestão das políticas sociais no Brasil: desafios da gestão democrática das políticas sociais**. Universidade nacional de Brasília. Capacitação em serviço social e política social. Módulo 3. Brasília: UNB/CEAD, 2000. p. 57-70.

EMPRESA ESTADUAL DE TURISMO. **Amazonastur**. Disponível em: <http://www.amazonastur.am.gov.br/>. Acesso em: 04 de ago. de 2022.

GOMES, B. M. A. **Políticas públicas de turismo e os empresários**. São Paulo: All Print. 2018.

GONZÁLES, M.V. P. **Gobernanza turística: Políticas públicas inovadoras ou retórica banal?** Caderno Virtual de Turismo. Edição especial: Hospitalidade e políticas públicas em turismo, Rio de Janeiro, v. 14, supl.1, s.9-s.22, nov. 2014.

GUIMARÃES, M.R.C., BENEVIDES, K.P & DOS ANJOS, Francisco. **Planificación turística bajo la perspectiva del enfoque sistémico de los artículos publicados en periódicos científicos de turismo**. *El Periplo Sustentable*, (40), 330 - 357. doi:10.36677/elperiplo.v0i40.12928, 2021.

ISSN 2764-5835

Recebido: 31.10.2022

Aprovado: 11.12.2022

Avaliado: pelo Sistema Double Blind Review

GUIMARÃES, M.R.C.; FONSÊCA, M.H.d. S. (Org). **Aplicação do FTI no Turismo do Amazonas (2011-2021)**. Manaus: Universidade do Estado do Amazonas, 2022.

HALL, C. M. **Tourism planning: policies, processes and relationships**. (2a ed) New York: Pearson/Prentice Hall. 2018.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BRED, M. F. **Accounting Theory**, New York: Irwin, 1992.

IUDICIBUS, S.; MARTINS, E.; CARVALHO, L. Nelson. **Contabilidade: aspectos relevantes da epopéia de sua evolução**. Revista Contabilidade & Finanças, v. 16, n. 38, p. 7-19, 2005.

LIMA, B. C.; FEITOZA, D; SILVEIRA, C.E.; NOVAES, M.H. **Observatórios de Turismo e a sua Importância No Planejamento e Gestão de Destinos: Um Panorama Iberoamericano**. XVI Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Turismo, de 18 a 20 de setembro de 2019 - Curitiba/PR. 2019.

PEREIRA, R.R. **Governança no Setor Público - origem, teorias, modalidades e aplicações**. Revista Internacional de e-Educação, e-Business, e-Management e e-Learning. Revista do Tribunal de Contas da União Setembro/Dezembro 2011. Disponível em <<https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/issue/view/9>> . Acesso em: 01 de ago. de 2022.

PULIDO-FERNANDEZ, J. 1. PULIDO-FERNANDEZ, M. de la CIN. **Proposal for Indicators System of Tourism Governance at Tourism Destination Level**. Springer Science Business Media, Dordrecht, 2017.

ROUX, Emmanuel; FEYT, Grégoire. **Les observatoires territoriaux**. Paris: La Documentation Française, 2011.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Governança Pública: Referencial Básico de Governança Aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública e Ações Indutoras de Melhoria / Tribunal de Contas da União**. Brasília, 2014.

VIGNATTI, Federico. **Gestão de Destinos Turísticos: como atrair pessoas para polos, cidades e países**. Rio de Janeiro: Ed. SENAC Rio, 2008.